Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano VI nº 112
22/3/2001 a 4/4/2001
Contribuição R$ 1,50

Opinião SOCIALISTA

ARGENTINA

REBELIÃO POPULAR E GREVE GERAL SACODEM O PAÍS

TODOS A BRASÍLIA DIA 5!

Fórum Nacional de Lutas convoca protesto para o próximo dia 5 na capital do país. Vamos fazer como na Argentina. Vamos às ruas: trabalhadores, funcionalismo público, estudantes, sem-terra pelo pagamento do FGTS, pelo reajuste do funcionalismo, pela CPI Já e pelo Fora FHC e o FMI.

PRESIDENTE DA PETROBRAS TEM QUE SER DEMITIDO E PRESO

Tragédia na plataforma da Bacia de Campos com a morte de 10 operários é de responsabilidade do governo. Petrobras está sendo esquartejada e privatizada. É hora de dar um basta a esse crime contra o país e a vida dos trabalhadores. Pg. 5

ESPAÇO ABERTO

Julgamento de Eldorado do Carajás

Prezados amigos,

É de conhecimento público que a sentença do julgamento que absolveu os três oficiais acusados de comandarem o Massacre de Eldorado do Carajás foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Pará. Contra a decisão do Tribunal, os advogados dos acusados entraram com um recurso no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. O julgamento deste recurso ainda não tem data marcada. Ocorre que, segundo informações do Tribunal de Justiça do Pará, o julgamento de todos os acusados, inclusive dos três oficiais, poderá ser retomado em BREVE!!! Diante desta informação, solicitamos a todos amigos e entidades de direitos humanos para que fiquem em alerta, pois tão logo tomarmos conhecimento da data do julgamento, informarmos. Mas, desde logo solicitamos que sejam tomadas providências no sentido de que se programarem para enviar representantes para assistir o julgamento ainda neste primeiro semestre. A presença de todos é fundamental porque, se houver falcatruas como ocorreu no primeiro julgamento, iremos denunciar mais uma vez e para que possamos ter sucesso, necessitamos do depoimento de todos, especialmente das pessoas que representam as entidades de direitos humanos. Contamos com a compreensão de todos.

João Pedro Stedile,
pela Coordenação Nacional, MST

Mais mortes na Petrobrás. Antônio Sérgio Santos Teles, 40 anos, motorista da empresa J.G. Conservação e Mão de Obra Ltda., morreu na noite do dia 8 de março quando fazia o transporte de uma sonda no campo de produção e exploração da Petrobras em Sergipe. O acidente ocorreu devido a uma falha no caminhão durante uma operação de deslocamento de uma Sonda de Produção Terrestre, no município de Riachuelo. O caminhão tombou de uma ribanceira, esmagando o motorista.

A empresa J.G. Conservação e Mão de Obra Ltda tem mais de 250 trabalhadores atuando na operação de sondas para a Petrobras em Sergipe. Essas pessoas não são treinadas e sequer têm experiência para atuar na indústria de petróleo. Em fevereiro, essa mesma empresa foi responsável por um outro acidente com Sonda de Produção Terrestre, que teve como conseqüência a destruição da torre da SPT-35.

Desde 1998, 81 mortes já ocorreram na Petrobras. Destas, 66 foram de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços. A terceirização de atividades imposta pela direção da estatal, paralelamente à criminosa diminuição de trabalhadores próprios, potencializou ainda mais o risco que já é inerente à indústria petrolífera. A direção da Petrobras acaba sendo conivente com as irregularidades cometidas pelas empresas que lhe prestam serviço. A maioria delas expõe os empregados à condições inadmissíveis: muitos destes trabalhadores não têm sequer carteira de trabalho assinada e a maioria não dispõe de qualificação para atuar em áreas altamente periculosas e insalubres, o que coloca em risco não só as suas vidas, como as de comunidades inteiras.

Assessoria de Comunicação da Federação
Única dos Petroleiros (FUP) (21) 3852-5002
Alessandra Murteira (9823-8476)

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

Reuters

Manifestantes enfrentam policiais em Santiago, capital do Chile, no último dia 20, em protesto contra a globalização durante reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizada na capital chilena.

O QUE SE DISSE

"Não sei bem como é, mas, dos US$ 120 que recebo por mês, US$ 40 irão para o estrangeiro. Eu tenho uma filha para criar, não posso viver com apenas US$ 80."

Ester Floupe, faxineira que participou dos protestos em Buenos Aires no último dia 20, explica a sua maneira como vivem hoje os trabalhadores argentinos e dá uma dimensão do tamanho do confisco que o FMI tenta impor no país. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 21/3/2001.

"Um engenheiro da plataforma disse uma vez para meu marido que eles eram pagos para fazer o possível, mas tinham obrigação de fazer o impossível."

Ivani Peixoto dos Santos Couto, viúva do operador de produção Ernesto do Azevedo Couto, um dos 10 mortos na tragédia da plataforma da Petrobras, denúncia a pressão que os trabalhadores sofrem para aumentar a produção na empresa. *Agência Estado* em 21/3/2001.

"Vamos aumentar a produção de petróleo este ano, apesar do acidente. A produção em 2001 será maior do que foi no ano passado."

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, confirma o que realmente interessa para ele nesse episódio todo. *Agência Estado* em 20/3/2001.

"Logicamente, ou o projeto é maquiado na hora de ser elaborado ou o empresário, para implantá-lo, tem que encher o projeto com notas fiscais fraudulentas."

Jader Barbalho, explicando como "logicamente" funcionam as fraudes na Sudam. Disso, ele entende muito bem, já que toda a diretoria da Sudam envolvida nesses "projetos" foi por ele indicada. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 19/3/2001.

"Competência mesmo, o Waldeck Orneles teve para massacrar os velhinhos."

Walter Pinheiro, deputado federal (PT-BA), na revista *Isto É* em 21/3/2001.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo-SP
CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

EDITORIAL

Tomar Brasília e Buenos Aires

Dia 5 de abril haverá uma grande manifestação em Brasília, na qual além de exigir CPI, já e Fora FHC e o FMI, os trabalhadores brasileiros estarão exigindo o pagamento imediato do FGTS, aumento para os servidores públicos, reforma agrária. Simultaneamente estará ocorrendo na Argentina a reunião da Alca que, ao estilo de Seattle e Davos, verá delegações de trabalhadores de todos os países da América Latina desembarcando em Buenos Aires para fazer uma grande manifestação contra a Alca, o FMI e os FHCs, De la Ruas, Noboas e demais governos neoliberais do continente. Os trabalhadores argentinos, por sua vez, já estão com nova greve geral marcada para recepcionar esse evento.

No Brasil, este mês de março e o próximo tem tudo para serem meses de muita luta. Há claramente uma nova conjuntura política e econômica aberta no país. A recessão americana e a crise política e econômica argentina estão batendo forte na economia brasileira e revelando a fragilidade do crescimento econômico do país, produto de um modelo completamente dependente de capitais externos, que não tem outra função do que transferir juros, riquezas e patrimônio para os banqueiros internacionais. O câmbio anda disparando, o que já forçou o BC torrar nestes dias US$ 500 milhões das reservas em dólares do país e se endividar em mais R$ 8,5 bilhões. A dívida interna deu esse salto por conta da desvalorização do real e da parcela dolarizada da mesma, que aumentou.

De outra parte, a crise política aberta com a rachadura do condomínio governista, desde a exclusão de ACM do governo, não se fechou: jorram denúncias de corrupção todos os dias. Sem falar da explosão e posterior afundamento da plataforma da Petrobrás), que matou 10 petroleiros.

A outra cara disso tudo é o golpe que o governo está dando no FGTS, nos funcionários públicos que já levam sete anos sem aumento nos salários, no arrocho salarial sobre o conjunto dos trabalhadores. Sem dizer que quer privatizar Furnas, todo saneamento básico, dar o golpe nos inativos.

É por essas e por outras, que os petroleiros vão parar no dia 22, que os estudantes realizarão atos no dia 28 de março... E dia 5 todos se dirigirão à Brasília. Mas se milhares irão para Brasília, muitos irão para Buenos Aires. Os trabalhadores brasileiros garantirão – numa verdadeira divisão de tarefas – presença forte em Brasília e na Argentina.

O próprio funcionalismo já decidiu que enviará do país inteiro suas delegações centralmente para o Distrito Federal, mas que os funcionários do Rio Grande do Sul devem ir para Buenos Aires para reforçar a manifestação contra a Alca e fazer ecoar lá a luta dos funcionários daqui contra FHC e o FMI e pelo reajuste que reivindicam. Essa mesma divisão de tarefas farão outros setores organizados: metalúrgicos do sudeste e sul, estudantes...

O **PSTU** estará empenhado com todas as suas forças na construção das duas manifestações e terá uma forte presença tanto em Brasília, como em Buenos Aires.

Vamos tomar Brasília e Buenos Aires no começo de abril.

O PT e a Lei de Responsabilidade Fiscal

Os seis prefeitos de capitais e os três governadores do PT, no último dia 20 reuniram-se em Brasília para propor mudanças em três pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os prefeitos do PT propuseram revogar a proibição da renegociação das dívidas estaduais e municipais. Marta Suplicy, em particular, defendeu a redução do pagamento das parcelas da dívida com a União, de 13% para 10% da receita líquida dos municípios.

Para se ter uma idéia da insignificância dessa proposta, a dívida pública de São Paulo é de R$ 18 bilhões. Somente em 2001 a prefeitura terá que pagar R$ 913 milhões com o empenho de 13% de suas receitas. Se esse percentual cai para 10%, a prefeitura terá que pagar cerca de R$ 790 milhões. Realmente, uma "grande" mudança!

Os petistas também querem que o aumento da arrecadação, com base no crescimento econômico e no combate a sonegação e elisão fiscal, possa ser considerado com fonte para o aumento permanente de receita para estados e municípios. E ainda desejam garantir na lei um dispositivo que lhes permita alterar as metas fiscais e cortas gastos caso haja excesso de despesas.

Como se já não bastasse propor esses ridículos remendos à LRF, Marta Suplicy ainda afirmou: "Não adianta ficar me colocando como uma pessoa que vai contra a lei, eu não seria irresponsável assim. A idéia é deixar claro que ninguém quer mudar a lei ou acha que a lei tem de sumir ou é inadequada. A lei é boa."

É vergonhoso ver os prefeitos e governadores do PT se manifestarem em favor da LRF e proporem modificações para aperfeiçoá-la. Nenhuma palavra sobre o caráter das dívidas dos estados e municípios com a União, que foram originadas, em grande medida, dos títulos precatórios podres emitidos pelas administrações burguesas anteriores. Nem um sopro de denúncia sobre a limitação pela lei dos gastos com pessoal em 60% do orçamento ou a proibição da realização de novos concursos públicos. Nem um pio para denunciar que, mesmo realizando um forte ajuste fiscal, as prefeituras e governos dos estados serão obrigados a aumentar os seus gastos com o pagamento das dívidas com a União! Nenhuma insinuação tímida sobre a suspensão do pagamento dessas dívidas imorais!

Ao contrário de propor mudanças cosméticas na lei, os prefeitos e governadores do PT deveriam encabeçar, a partir das suas 187 prefeituras e três governos de Estado, um grande movimento pela revogação dessa lei neoliberal que não tem nada de moralizadora, pois seu principal objetivo é o comprometimento de uma parte essencial dos orçamentos dos estados e municípios com o pagamento da dívida pública. Mantendo sua obediência à LRF as prefeituras e governos do PT seguem ajudando sobremaneira o governo FHC a pagar as dívidas externa e interna.

MULHERES

O gênero nos une, a classe nos divide

Seria o gênero, algo que é inerente a todas as mulheres, o foco do problema? Ou seria a divisão da sociedade em classes, a divisão entre explorados e exploradores o que causa e mantém a opressão, a exploração e a exclusão de massas e massas de mulheres e homens do mundo capitalista? É nesse debate que o livro **Mulheres O gênero nos une, a classe nos divide**, da militante socialista Cecília Toledo, entra em cheio.

Para a autora, a opressão da mulher na sociedade capitalista vem sendo agravada com o aumento da exploração da classe trabalhadora e a audácia cada vez maior dos planos do FMI que levam à exclusão e à miséria povos inteiros, em especial as suas camadas mais oprimidas.

O livro de Cecília Toledo explica que devido a essa situação, muitas conquistas das mulheres (direitos sociais, trabalhistas etc) vão sendo perdidos ou deturpados. Por isso, o livro vai discutir a origem da opressão da mulher para chegar na situação atual sob o capitalismo.

Cecília Toledo é militante socialista desde 1978 e está nas fileiras do PSTU desde a sua fundação. Jornalista, formada pela USP e professora universitária, atualmente é uma das dirigentes da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU.

Para informações sobre como obter o livro, ligue para a sede nacional do PSTU (0xx11) 5575-6093.

DIADEMA

Debate dos 130 anos da Comuna de Paris

No próximo dia 7 de abril o dirigente nacional do ***PSTU**, Valério Arcary, vai participar de uma palestra organizada pela regional Diadema. O tema será* 130 anos da Comuna de Paris – as experiências dos trabalhadores na luta pelo poder e os desafios do novo século. *O evento acontecerá às 16 horas, no Sindicato dos Servidores Municipais de Diadema, que fica na Avenida Antônio Piranga, 1.156 – Centro.*

Mar de lama no governo impõe necessidade de mobilizações e da CPI

Unificar as mobilizações pela CPI e o Fora FHC

Mariucha Fontana,
da redação

Já faz mais de um mês que rachou seriamente a coalizão governista, levando ACM a botar a boca no trombone e disparar uma metralhadora giratória de denúncias de corrupção sobre o governo.

De lá para cá, jorra lama por todos os poros do poder. Acusados retrucam com denúncias sobre os acusadores. A cada dia a lama se acumula. Como a volta dos mortos vivos, escândalos "enterrados" voltam a tona: o caso EJ; a privatização da Telebras e a denúncia de que o diretor da área internacional do BC "no limite da irresponsabilidade" levou uma caixinha de quase R$ 100 milhões; o dossiê Caymann, que envolve Sérgio Mota, Covas, FHC e Serra (e desta vez com uma denúncia explícita de que teriam saído desta conta no Caribe depósitos para Serra e FHC); o escândalo do Banpará e a prova de que o presidente do Senado depositou dinheiro público na sua conta; a pasta Rosa, que envolve o banco Econômico, o BC e ACM; e por aí vai. Surgiram também escândalos novos, como o que envolve o Porto de Santos e o ex-presidente da Câmara Michel Temer (PMDB-SP). Toda a lista de denúncias noticiadas tomaria a página inteira.

Os deputados da oposição entraram com um pedido de CPI da corrupção no Congresso, propondo uma investigação da maioria destas denúncias.

O governo, desde então, não só leva adiante uma operação abafa total para evitar uma CPI, como tenta retomar a iniciativa, contornar a crise política e fazer o Congresso "andar". E, por tabela, colocar em marcha um plano que sinalize para o FMI avanço nas "reformas" e que também possibilite algum populismo na tentativa de FHC influir na sucessão.

O governo já tentou de tudo um pouco, mas até agora não conseguiu debelar a crise política. Primeiro tentou anunciar com estardalhaço um "plano de ação", depois passou a apelar para o "vigoroso" crescimento econômico de 4% que não deveria ser "atrapalhado" por trapalhadas menores. Agora, imitando De La Rúa, apela à "união nacional" para evitar que a crise argentina contagie o Brasil. Discursos inflamados de líderes governistas falam das ameaças econômicas externas que estão pressionando o real e cobram que a base governista pare de brigar entre si e coloque em votação projetos que sinalizem para o capital estrangeiro que não há crise política no país. Enquanto isso, se definem os presidentes de Comissões na Câmara e no Senado, ou seja, o toma lá dá cá de poder e grana.

Na semana que passou essa crise política foi eclipsada pelo "acidente" com Plataforma P-36 da Petrobrás, pela crise argentina e seus efeitos na economia brasileira.

Porém, a crise não se fechou. Ela só ficou em banho-maria. A despeito das cobranças do governo para acabar a "paralisia" do Congresso, esse em suas entranhas ferve em conflitos e crise.

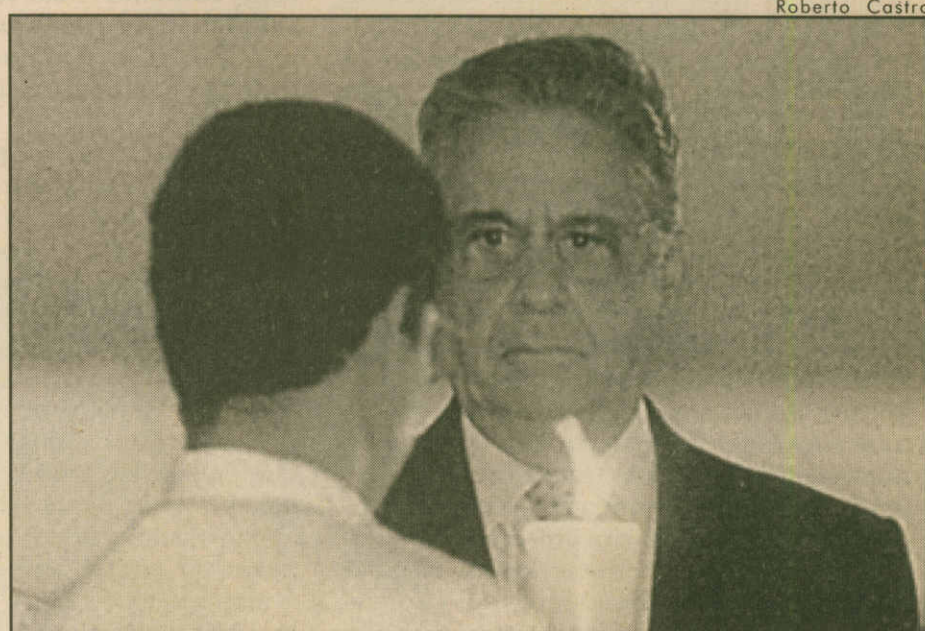
Roberto Castro

FHC quer abafar tudo

Sem milhares nas ruas, CPI não sai

Esse covil de bandidos que é o Congresso Nacional, não tem um mínimo necessário (27 assinaturas no Senado e 171 na Câmara) interessado em fazer uma devassa no mar de lama. Tanto porque uma CPI poderia levar não apenas a crise, à ingovernabilidade, como levar de roldão muitos congressistas – e do "alto clero", diga-se de passagem. Bem como, é confortável para a maioria dos parlamentares ficar na posição de assinar ou não uma CPI: uma moeda de troca importante para o toma lá, dá cá.

É claro que sempre há o perigo de que nessa guerra, acabe aparecendo um motorista, uma secretária ou algum fato novo, que torne inevitável uma CPI.

Porém, esse é o imprevisto. Hoje, por hoje, - apesar de ACM e Jader terem jogado para a platéia assinando a convocação da CPI – sem milhares nas ruas não haverá CPI alguma. (M.F.)

Uma única ação, duas estratégias

O Fórum Nacional de Lutas, a CUT, a UNE, o MST, o PT, PCdoB, PSTU e outras entidades, estão convocando um ato em Brasília para o dia 5 de abril. Esse ato é muito importante e todos devem empenhar-se em construí-lo, ainda mais porque só a entrada em cena da luta dos trabalhadores e do povo oprimido, desempregado, aposentado, explorado, pode derrotar esse governo e oferecer uma alternativa para o Brasil e uma vida digna para a maioria.

Porém, é necessário também que a esquerda da CUT e as entidades dos trabalhadores lutem por uma estratégia distinta daquela que hoje orienta o PT.

Em primeiro lugar este ato deve ser o início de uma mobilização para botar abaixo FHC e o FMI antes de 2002 e não simplesmente um ato que seja um mero protesto, que só "marque posição" por uma CPI e para fortalecer as candidaturas de oposição para 2002.

Há que ser um ato que detone uma jornada de lutas para tentar arrancar a CPI, mas também para impedir esse governo de governar, para barrar a privatização de Furnas e do saneamento básico e o esquartejamento e privatização da Petrobras, para arrancar as reivindicações dos trabalhadores, como emprego, salário e terra. Uma jornada para impor a ruptura do país com o FMI, o não pagamento da dívida externa e o plebiscito para dizer um sonoro não à Alca. E nesse caminho construir um governo dos trabalhadores com um programa anticapitalista para o país.

A estratégia do PT não é essa. O PT não quer botar Fora FHC e o FMI antes de 2002 e por isso não dá continuidade às lutas. O PT não defende um programa anticapitalista e nem a ruptura do acordo com o FMI e o não pagamento da dívida externa. O PT não defende um governo dos trabalhadores, mas sim um governo em unidade com setores da burguesia. Por isso, as prefeituras e governos que o PT administra pagam religiosamente as dívidas, buscam governar em parceria com o governo central e não convocam a mobilização dos trabalhadores e do povo contra FHC.

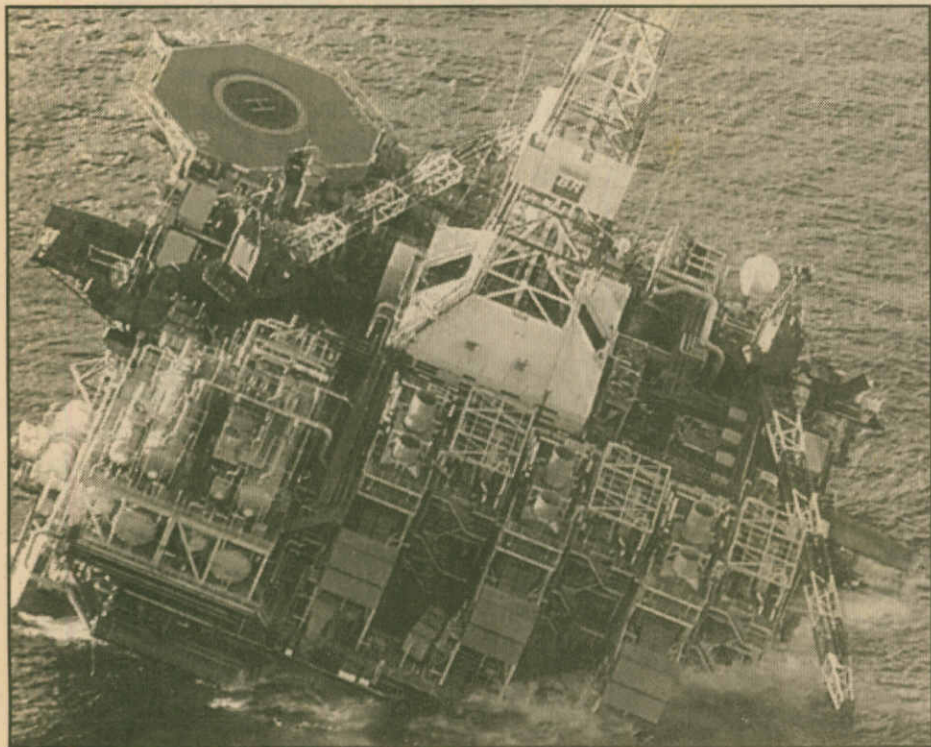
Os trabalhadores devem exigir que o PT mude esse rumo, que suas prefeituras convoquem com estardalhaço a mobilização do dia 5, que o PT assuma o Fora FHC e a defesa do não pagamento da dívida externa.

O PSTU estará com o PT em todas mobilizações e também chamaremos a conformação de uma Frente dos partidos operários, com um programa anticapitalista para levar adiante as lutas e também para conformar uma alternativa de governo dos trabalhadores contra FHC e o FMI.

Desde já, a esquerda cutista e petista e todos os lutadores deste país devem tomar Brasília dia 5 pela CPI já! sob a bandeira do Fora FHC e o FMI e pelo não pagamento da dívida externa, ao lado da defesa das demais reivindicações dos trabalhadores. (M.F.)

Presidente da empresa tem que ser demitido

Governo é responsável pela tragédia em Campos

Marco A. Teixeira

Lindberg Farias,
ex-deputado federal do PSTU e
Cyro Garcia,
presidente PSTU/RJ

A plataforma P-36 afundou no dia 20 de março, levando consigo os corpos dos 9 trabalhadores da Petrobras mortos na madrugada do dia 15, quando três explosões na P-36, no campo do Roncador, na Bacia de Campos, iniciaram a destruição da maior plataforma marítima do mundo.

Nos últimos três anos, segundo a Federação Única dos Petroleiros, 81 trabalhadores morreram, causando uma média de mais de duas mortes por mês na empresa.

Neste período a empresa obteve o maior lucro de sua história, porém, além do acidente da P-36 que atingiu proporções absurdas e a morte de 10 trabalhadores, a empresa tem sido responsável por vários acidentes ambientais e inúmeros outros acidentes.

A postura do governo Fernando Henrique Cardoso e do presidente da empresa Henri Phillippe Reischstul tem sido tratar estes acidentes como fatalidades tentando desvincular a sua verdadeira intenção de, com a política de sucateamento e com as parcerias, privatizar a maior empresa estatal do país.

O naufrágio da P-36 impede que haja uma inspeção isenta que verifique os reais problemas que causaram as mortes dos trabalhadores. E impede também que suas famílias possam reaver os corpos das vítimas. Nem impede que as reivindicações dos trabalhadores da Petrobrás por melhores condições de segurança no trabalho sejam atendidas.

Por outro lado, a sociedade ainda precisa receber explicações sobre a aquisição polêmica desta plataforma, e as denúncias reiteradas pela revista *Época* (19/3/2001) sobre a corrupção no contrato com a Empresa Marítima – construtora da P-36. É preciso a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar todas estas denúncias e punir os responsáveis.

Qualquer encaminhamento minimamente isento só será possível com a demissão imediata da cúpula da Petrobrás, que esteve a frente de todos esses processos nos últimos anos.

O **PSTU** se solidariza e engrossa as reivindicações das famílias dos petroleiros mortos no acidente da P-36; apóia a luta de todos os trabalhadores da empresa — efetivos e terceirizados —, defende as condições de trabalho, denuncia o sucateamento da Petrobrás que caminha no sentido de sua privatização. Fazemos também um chamado a todo o movimento sindical e especialmente a CUT para a unificação desta luta com as demais reivindicações de toda a classe.

A Petrobrás pertence aos trabalhadores brasileiros e aos seus funcionários que dedicaram anos de suas vidas para transformá-la numa das maiores produtoras de petróleo do mundo. Não podemos mais permitir que a política do governo FHC e do presidente da empresa destrua esse patrimônio.

Fora Reischstul!

Não ao sucateamento e a privatização da Petrobrás!

Não as Parcerias que significam a privatização da empresa!

Em defesa das refinarias que estão na linha de tiro das parcerias e da privatização.

CPI para investigar a corrupção no governo federal e na Petrobrás

Fora FHC e o FMI!

Privatização e mortes

Fernando Silva,
da redação

Quando do fechamento dessa edição, a Federação Única dos Petroleiros anunciava uma greve de 24 horas para o dia 22 em protesto pela tragédia que custou a vida de mais 10 trabalhadores da Petrobrás na Bacia de Campos.

Desde que o Congresso Nacional quebrou o monopólio estatal da Petrobrás, em 1997, a situação não fez senão degringolar. Começou aí, na verdade, o processo de privatização da maior estatal do país e a ofensiva para que o país perca um dos últimos vestígios da sua soberania nacional.

Em junho de 1999, o governo colocou em licitação cerca de 27 áreas com bacias sedimentares. Cerca de 12 delas foram abocanhadas por empresas multinacionais.

O processo disfarçado de privatização e esquartejamento da empresa prosseguiu quando o governo colocou para vender, em agosto do ano passado, cerca de 28% das ações ordinárias da empresa (16,63% do capital total). O objetivo era arrecadar R$ 8 bilhões para usar em pagamento da dívida interna...

A última dessa privatização disfarçada foi a "parceria" entre a Repsol (empresa espanhola) com a Refap (refinaria localizada no Rio Grande do Sul).

A redução de investimentos na Petrobrás (que seguiu a regra de cortes dos gastos do governo para cumprir as metas do FMI) também está por trás dos gravíssimos acidentes ocorridos de um ano para cá (vazamentos de óleo na baía da Guanabara e no Paraná, vazamento de gás na P-37 em janeiro de 2001 com duas mortes, incêndio na Namorado I, também na Bacia de Campos com quatro feridos em fevereiro de 2001, e agora, a explosão e afundamento da P-36 com a morte de 10 operários.

Essa política de deixar a empresa cair aos pedaços significou também a terceirização da empresa. De 62 mil funcionários no começo dos anos 90, hoje há 34 mil efetivos na Petrobrás. A lógica da privatização é essa: diminuir os investimentos, deixar a empresa ir literalmente afundando e terceirização da mão-de-obra. É uma lógica fatal para os trabalhadores: dos 81 funcionários mortos em três anos (ou seja, após a quebra do monopólio), 63 eram terceirizados.

É um escândalo que, pelo menos até agora, o presidente da empresa Henri Richstul, responsável direto por essa situação, continue no cargo. É o mesmo irresponsável que empenhou R$ 50 milhões da empresa em uma campanha publicitária, que visava mudar o logotipo da Petrobrás e que foi rechaçada por unanimidade pela opinião pública. Isso já seria o suficiente para esse senhor não só ser afastado, como condenado a devolver do seu bolso o dinheiro torrado na operação de marketing. Agora, então, com mais 10 mortes no seu currículo, a exigência que esse senhor seja banido da Petrobrás e responsabilizado pela morte dos trabalhadores, deve ser uma reivindicação de toda a população.

Reichstul

ARGENTINA

À beira da crise revolucionária

Alejandro Iturbe,
de Buenos Aires

No escrever este artigo, às 9 horas do dia 20 de março, estava confirmada a renuncia de Ricardo López Murphy do Ministério da Economia, depois de ter assumido o cargo por uma semana, e a indicação de Domingo Cavallo, com amplos poderes, para o lugar de Murphy (o mesmo Cavallo que foi a estrela dos primeiros anos do governo Menem). Desta vez, o presidente De la Rúa tenta a formação de um gabinete de "unidade nacional" com a volta da Frente País Solidário (Frepaso) ao governo e o apoio parlamentar do peronismo. O marco de todas esta mudanças, é que o país, e em especial a cidade de Buenos Aires, estão em um completa ebulição: com greve de professores, ocupação das faculdades e colégios pelos estudantes, bloqueio de estradas, marchas e mobilizações por todos os lados e uma greve geral marcada para este 21 de março, enfim, uma verdadeira rebelião popular. No ano passado, o peronismo declarou que "o governo estava à beira do abismo". Hoje, a situação é ainda mais crítica do que naquele momento.

López Murphy, provavelmente é o ministro da Economia que ficou menos tempo no cargo na história do país. Ele e o seu pacote econômico, que previa cortar US$ 2 bilhões do orçamento nacional para cumprir os acordos com o FMI (que ataca principalmente a educação e as verbas dos estados), caíram no vazio diante da oposição dos principais setores burgueses, dos governadores peronistas e, principalmente, da luta dos trabalhadores e desempregados.

A indicação de López Murphy para o Ministério da Economia e o anúncio de suas medidas econômicas, provocou a renúncia a seus cargos no governo, de todos os funcionários da Frepaso, inclusive de um setor dos radicais, como o Ministro do Interior Federico Storani, próximo do ex-presidente Raúl Alfonsin e da corrente universitária *Franja Morada*.

O governo de De la Rúa (nascido como uma coalizão em 1999 e já abalado, desde o ano passado, pela renúncia do vice-presidente Chacho Alvárez e pelas lutas operárias e populares), chegou ao seu ponto de maior crise. Hoje, expressa apenas um dos setores do radicalismo e ficou quase sem base social, a exceção do FMI e da burguesia financeira. Em poucos meses, o governo desperdiçou o pouco fôlego que lhe deu "a blindagem financeira" e a trégua que lhe deram o peronismo e os dirigentes sindicais. Já não estava mais "à beira do abismo", mas deslizando por ele.

Conscientes desta debilidade, o imperialismo e a burguesia estão tentando a formação de um governo de unidade nacional, com um homem de sua confiança — Cavallo — como a figura central e esperando que ele repita seu sucesso de 1991 a 1995. No entanto, um apoio maior de forças políticas, não significa que o futuro governo De la Rúa-Cavallo seja forte. Ao contrário, nasce sob o signo da debilidade e a primeira prova disso é que ele deverá recuar dos cortes na educação e nos estados.

Estas debilidades têm duas causas muito profundas: a grande recessão econômica (e a agudização da divisão interburguesa que ela provoca) e o ascenso do movimento operário e de massas. Tudo isso se estende ao conjunto do regime: atualmente, todos os partidos burgueses (UCR, Frepaso, peronismo) estão muito desgastados e divididos e cada vez têm menos peso e influência na população.

Folha Imagem

Manifestação durante a greve geral de 21 de março

30 meses de recessão

A Argentina já está em recessão há mais de 30 meses. A recessão se manteve, inclusive, durante o ano passado quando a maioria das economias latino-americana deu alguns sinais de recuperação. Por um lado, o pagamento da dívida externa limita as possibilidades de crescimento do mercado interno de forma extrema. Por outro lado, a conversibilidade (1 peso=1 dólar), abre a possibilidade de crash financeiro. Finalmente, os investimentos estrangeiros não entram no país, e se chegam, são insuficientes, pois os investidores desconfiam da capacidade do governo de controlar a situação. Hoje por hoje, parece que é muito difícil que Cavallo consiga superar esta situação.

Esta realidade, uma vez que alimenta os conflitos entre os distintos setores burgueses (por exemplo, entre industriais e banqueiros pelo custo do crédito), obriga a burguesia e o governo a atacar constantemente os trabalhadores e o povo.

Um ascenso permanente

O outro traço marcante da situação argentina é a continuidade de um espetacular ascenso operário e popular durante os dois últimos anos, resistindo às medidas de ajuste e às conseqüências da recessão. Greves gerais, mobilizações, bloqueios de estradas e atos de massa têm sido constantes, apesar das tentativas de frear as lutas, que fazem as direções sindicais. É um ascenso que engloba amplos setores: professores, trabalhadores de estatais, estudantes, operários, desempregados, inclusive os setores da pequena-burguesia, como os caminhoneiros ou os pequenos produtores rurais.

Foi esse ascenso que transformou o todo-poderoso governo Menem em uma caricatura de si mesmo e que impediu De la Rúa de governar e deu a seu governo traços de extrema fragilidade diante de um ascenso geral do movimento de massas. Esse ascenso não só agrava as divisões burguesas sobre como enfrentá-lo, mas, em última instância, é o fator principal de "desconfiança" burguesa e imperialista para investir no país.

Finalmente, este poderoso ascenso é o ponto de partida para uma saída operária e popular para a crise na Argentina. Nesse sentido, o ascenso tem uma enorme contradição: os trabalhadores e o povo argentino não têm uma direção política e sindical revolucionária ou combativa. Na direção das lutas estão os mesmos burocratas que têm recuado e traído as mobilizações todos estes anos. Esta é, evidentemente, uma debilidade do processo. Porém, temos que assinalar que estão surgindo de forma massiva, porém atomizada, novas direções sindicais, em especial nos organismos mais próximos da base como as comissões de fábrica e as regionais dos sindicatos.

Folha Imagem

De la Rua e Cavallo são principais alvos dos trabalhadores e estudantes

Greve parou o país: rebelião continua!

Mariucha Fontana,
da redação

Quando fechávamos esta edição, na tarde do dia 21 de março, a Argentina estava parada e tomada por manifestações. Apesar do recuo da CGT oficial –vinculada ao Peronismo — que depois da queda de Murphy retirou-se da convocação da greve, esta foi mantida pela CTA, pela CGT dissidente e pelas organizações de aposentados, populares e estudantis.

O ascenso do movimento de massas segue e se intensifica. Foi a força das massas que levou à queda do ex-ministro Murphy e derrotou a primeira tentativa autoritária: o verdadeiro auto-golpe que o plano FMI-De La Rua-Murphy significava. Foi rechaçado nas ruas o pacote econômico, mas também o intento de formação de um novo governo, que além de tudo, queria poderes especiais e governaria sem o Congresso.

A nova conformação Cavallo-De la Rua-FMI é uma nova tentativa de unir os diferentes setores e partidos da burguesia, e por essa via tentar cooptar também parte das direções do movimento de massas, que eles estão chamando impropriamente de "governo de unidade nacional", para evitar uma crise revolucionária. Na verdade, eles buscam o apoio da maioria da burguesia para uma segunda tentativa autoritária, desta vez com o ex-todo poderoso ministro de Menem: Domingo Cavallo, que chantageia o Congresso e quer "poderes especiais".

As massas argentinas já têm profunda experiência com Cavallo e o rechaçam, segundo pesquisas.

O fato é que eles buscam unir a burguesia para dar super-poderes a Cavallo para que este leve adiante o "ajuste". Contra esse intento jogam dois fatores. O primeiro é a dificuldade de unir a própria burguesia. Não está descartado que consigam esta unidade, em face ao temor de uma crise revolucionária, mas até o momento não conseguiram: a Frepaso segue fora do governo, há problemas com a ala do ex-presidente Alfonsin da UCR e o imperialismo, que respalda Cavallo e cia, de outra parte, não está muito disposto até o momento a entrar com mais grana. Cavallo insinuou querer que o Tesouro americano entrasse com mais US$ 3 bilhões, além da renegociação das metas com o FMI.

O outro fator é o ascenso do movimento de massas, que é poderoso e não dá sinais de recuo, em que pese que tanto a direção da CTA, como da CGT rebelde não são confiáveis. São burocracias aliadas a diferentes setores burgueses.

O país portanto segue caminhando para uma crise revolucionária e Cavallo é o intento do FMI para evitá-la e buscar impor uma derrota aos trabalhadores.

A situação que vive a Argentina é hoje a expressão mais avançada de um processo mais estrutural que atravessa toda a América Latina. A Argentina é – com seu *currency board* – quase uma colônia e esse processo de recolonização e entrega afeta em diferentes graus todo o continente e vai se aprofundar com a Alca.

De outra parte, o intento de auto-golpe, é a demonstração que essa democracia dos ricos, ante a rebelião dos trabalhadores e do povo não titubeia em recorrer ao autoritarismo e medidas ditatoriais. O continente está sob uma disjuntiva, que é revolução ou colônia.

Está colocado para os trabalhadores de todos os países do continente impor a ruptura com o imperialismo, organizar-se de forma independe da burguesia, impor aos países governos e planos dos trabalhadores. A única saída para a crise é a construção de um projeto socialista.

Três propostas para a crise

Tudo que acabamos de descrever se encaixa na definição de "situação revolucionária" descrita por Lênin: "os de cima não podem e os de baixo não querem". Mais ainda, está colocada a possibilidade (se Dela Rúa-Cavallo fracassam em seus objetivos) de que se produza um vazio de poder e uma crise revolucionária.

Para intervir nesta situação, o Frente Operária e Socialista (FOS), seção oficial da *Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) na Argentina, coloca três propostas centrais:*

1. A primeira delas é que De la Rúa-Cavallo-FMI saiam do governo e a exigência de que os dirigentes sindicais (Moyano, De Gennaro, "Perro" Santillán, etc.), continuem a luta até alcançar este objetivo.

2. Um plano operário e popular de emergência que resolva os graves problemas que afetam a população. Este plano tem como medidas centrais: o não pagamento da dívida externa e o rompimento com o FMI; taxação das grandes empresas nacionais e estrangeiras; anulação das privatizações; expropriação, sem indenização de toda fábrica que feche ou demita; executar um grande plano de obras públicas que gere trabalho para todos; etc. Junto com este plano propomos a luta por um governo dos trabalhadores e do povo (encabeçado e integrado pelos principais dirigentes operários e populares), que aplique este plano.

3. Por fim, propomos a formação de uma Coordenação Nacional e de Coordenações Regionais formadas pelas centrais sindicais, organizações de desempregados, organizações estudantis, pelos novos dirigentes e delegados, etc.

Estas Coordenações devem organizar e encabeçar a luta até o final e serem à base do futuro governo dos trabalhadores e do povo.

Apoiar a luta dos trabalhadores

A luta dos trabalhadores argentinos é também a luta dos trabalhadores brasileiros e precisa ser unificada. Enquanto FHC, Malan e cia declaram apoio a Cavallo e De La Rua em nome "do Brasil", os trabalhadores e o movimento popular e estudantil brasileiro precisam se perfilar em apoio à luta dos trabalhadores, populares e estudantes argentinos.

É hora, não só de enviar moções e faxes de todos os sindicatos e entidades à embaixada e governo argentinos exigindo que atendam as reivindicações dos lutadores, mas também de organizarmos atos nos consulados e embaixada argentina, incorporarmos às nossas lutas a solidariedade à luta deles e preparar um enorme caravana dos trabalhadores brasileiros para Buenos Aires para a reunião de cúpula dos governos do continente nos dias 6 e 7 de abril.

Servidor federal quer campanha unificada

Luciana Araujo,
da redação

Renato Benvenutti

Até o fechamento desta edição a maior parte das assembléias para deliberar a participação das categorias dos serviço públicos ainda não haviam sido realizadas. No entanto, o clima de mobilização é já existe e os dias 28 de março e 5 de abril prometem. No próximo dia 28, a maioria dos servidores públicos federais vão participar dos atos unificados com as CUTs estaduais. O Dia Nacional de Luta vai ser determinante para a preparação da Marcha SOS Serviço Público, que vai a Brasília, em 5 de abril. Além das reivindicações específicas: reajuste salarial de 75,48%; volta da data-base e respeito ao artigo 7º da Constituição – que garante direitos como 13º salário, férias e descanso semanal remunerado – os servidores também se incorporaram na defesa do pagamento imediato do FGTS com verbas do Tesouro Nacional e da CPI no Congresso para apurar o mar de lama do governo FHC.

O Fórum Nacional de Luta também se incorporou na organização da marcha, o que vai engrossar a mobilização devido à participação de outras categorias.

O ***Opinião Socialista*** *conversou com alguns dirigentes de categorias nacionais do serviço público que fizeram uma avaliação da jornada de mobilização. Veja abaixo as declarações dos companheiros(as)*

"Dia 28 lança campanha salarial"

Marina Pinto, terceira vice-presidente do Sindicato Nacional de Docentes das Universidades (Andes), militante do **PSTU** e do **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)**

"O dia 28 de março está se configurando como um grande dia nacional de lutas da CUT em conjunto com o lançamento da campanha salarial dos servidores. O levantamento que fizemos esta semana em cerca de 80% das entidades no país demonstra que existe uma mobilização muito grande. Na categoria docente a maioria das assembléias serão na semana que vem, mas segundo informação das CUTs estaduais e Associações Docentes todas as assembléias que já aconteceram estão discutindo também o dia 5. A plenária nacional da CUT, na sexta-feira, é decisiva. Achamos que pode ter uma boa participação da categoria docente. A campanha está ganhando um vulto muito grande em função de estar aglutinando as CUTs nacional e estadual e o Fórum Nacional de Lutas e, também, pela incorporação do reivindicação da CPI."

"Gente de todos os estados"

Agnaldo Fernandes, coordenador geral da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores nas Universidades (Fasubra), militante do **PSTU** e do **MTS**

"Estamos organizando a maioria das assembléias esta semana e semana que vem. Vamos trazer gente de todos os estados, junto com as CUTs estaduais e coordenações estaduais dos servidores públicos. No Rio, por exemplo, estamos organizando um pool com toda as entidades para levar o máximo possível de companheiros a Brasília. No dia 28 também deveremos ter grandes atos nos estados ."

Judiciário na luta

Claudio Klein, coordenador Executivo da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores no Judiciário Federal (Fenajufe) e do sindicato da categoria em São Paulo (Sintrajud)

"Estamos organizando caravanas dos estados, devemos ter uma participação maior dos companheiros de São Paulo e Minas Gerais, mas esperamos ter representações de todos os estados. No dia 28, em São Paulo aprovamos a participação da categoria no ato unificado coma CUT/SP e demais categorias. Também vamos realizar atos específicos na parte da manhã, em frente aos tribunais. No dia 4, teremos uma manifestação nacional em frente ao TST pelo pagamento imediato dos 11,98% e pela reintegração de um companheiro dirigente sindical do Maranhão – Paulo Rios – demitido há seis anos. No dia 5 esperamos uma boa participação do judiciário na Marcha."

"Marcha vai ser determinante"

Beth Lima, Executiva Nacional da Condsef, diretora do sindicato dos servidores públicos federais em São Paulo (Sindsef) e militante do **MTS**

"A construção do movimento na categoria ainda está em processo. A maioria das assembléias acontecem na semana que vem. Essa marcha vai ser determinante para o processo de mobilização e de construção da greve. Os aposentados, por exemplo, estão indignados com a possibilidade da volta do desconto para a previdência. No caso dos ativos, o governo quer aumentar a nossa alíquota de contribuição de 11 para 13% a 15%, além de fazer ataques ao nosso plano de carreira com a instituição do emprego público e do adicional de produtividade. Com isso, deixaremos de ser servidores e passaremos a empregados públicos regidos pela CL. Para fechar uma proposta nacional de plano de carreira da base da Consef, contra a proposta do governo, realizaremos um seminário nacional de 2 a 4 de abril, em Brasília."

Servidores da Saúde estão em greve

Antônio Figueiredo,
de Niterói (RJ)

Profissionais da Saúde de Niterói, no Rio de Janeiro, em greve desde o dia 21 de fevereiro, resistem à ameaça do prefeito Jorge Roberto Silveira (PDT) de cortar o ponto dos dias parados. Porém, como é habitual dos governos populistas e, com uma agravante, aliado à maioria do PT da cidade, Jorge Roberto não diz que é ele o responsável pela paralisação.

"Nós, servidores do SUS de Niterói, paralisamos nossas atividades porque a prefeitura descumpriu o acordo firmado em mesa de negociação, em maio do ano passado. Na presença do atual vice-prefeito petista, Godofredo Pinto, o secretário municipal de Saúde, Agnaldo Zagne, prometeu pagar uma tabela de reajuste emergencial em janeiro deste ano", *explica o médico Renato Figueiredo, da direção executiva da Associação dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) de Niterói e São Gonçalo e filiado ao PSTU.* A categoria luta pela incorporação dos 20% da gratificação por difícil acesso e reajustes proporcionais que variam entre 3% e 7%.

O prefeito também não menciona que a população não deixou de ser atendida nas unidades da cidade durante a paralisação. "Desde o primeiro dia da greve, mantivemos um franco diálogo com a população sobre os motivos do movimento. O atendimento de emergência, os casos suspeitos de dengue, a distribuição dos medicamentos dos programas especiais foram mantidos", esclarece Renato.

Além disso, Jorge Roberto deve explicações à população. Ele deveria esclarecer, por exemplo, os R$ 360 mil pagos à consultoria, assessoria e acompanhamento das obras do Caminho Niemeyer. Segundo o Jornal de Icaraí, "é o terceiro contrato da prefeitura para a realização do projeto", que ainda não saiu do papel.

A categoria tem recebido apoio da maioria dos movimentos populares, da população, além do Conselho Regional de Medicina e de 54 parlamentares (inclusive pedetistas) de todo o país. O funcionalismo em greve, aliado ao pessoal de Asseio e Conservação, estudantes e professores está com uma campanha de apoio ao movimento e de arrecadação de fundo de greve.

FGTS Empresários aceitam acordo e CUT sai da negociação

Pelegos e governo dão golpe nos trabalhadores

Luciana Araujo,
da redação

No último dia 20 de março a CUT finalmente abandonou o circo que o governo tinha montado para discutir o pagamento dos expurgos do FGTS. A Central retirou-se da negociação depois que a Força Sindical, a CGT e a Social Democracia Sindical aceitaram que o governo retire dos trabalhadores a parcela do acordo que lhe cabe. Durante a reunião, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, ainda teve a cara-de-pau de propor que a CUT participasse do encontro que referendaria o acordão com a presença de FHC e ficasse calada já que tinha discordância com o resultado da negociação.

A CUT não participou da reunião com FHC, ocorrida no dia 21. Segundo José Maria de Almeida, dirigente do **PSTU** e membro da Executiva Nacional da CUT, *"a CUT já saiu tarde da mesa porque a proposta do governo além de manter a posição de pagar a sua dívida com o patrimônio do Fundo em cinco anos ainda incluiu na proposta um ágio de até 15% para todos os que têm mais de R$ 1 mil para receber. Isso é a ratificação do calote de FHC, somado a uma política de tirar ainda mais dos trabalhadores. É uma provocação"*.

Desde agosto do ano 2000 o governo vinha enrolando para não cumprir a determinação do STF. FHC e o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, primeiro bateram na tecla de que o FGTS é um fundo privado e que, como não existe caixa do Fundo, seria preciso discutir de onde sairia o dinheiro. Depois, prometeram pagar logo após as eleições, em mais um balão de ensaio. Por último, se recusaram a tirar o dinheiro do Tesouro para pagar a dívida e empurram o problema para os trabalhadores e empresários. Por isso, José Maria avalia que foi tardia a saída da CUT da comissão de negociação. *"Há pelo menos 15 dias a CUT estava ajudando no circo que o governo FHC está armando para não pagar o que deve aos trabalhadores. Enquanto o governo ia para a imprensa dizer que iria pagar, mas sem divulgar que usaria o dinheiro dos próprios trabalhadores e dos empresários para isso. Só que o condenado pelo STF é o governo. A saída para essa questão é uma só: o governo tem que parar de pagar a dívida, que consome anualmente R$ 15 bilhões só de juros, para pagar o que deve aos trabalhadores"*.

Desde a semana passada, quando o governo bateu pé na proposta de usar o patrimônio do próprio FGTS e ações de estatais (uma forma de acelerar uma privatização, pouco disfarçada) como Petrobras e Furnas, para pagar a dívida. Os setores da esquerda da Central, que no último Congresso da CUT formaram o Bloco de Esquerda, já vinham defendendo a saída da CUT da mesa de negociação e a intensificação da mobilização, tanto que chegaram a divulgar uma nota pública com essas propostas na semana que antecedeu ao acordo.

Em agosto do ano passado, o STF votou que os trabalhadores têm direito aos expurgos do FGTS praticados pelo Plano Verão em dezembro de 1988 e pelo Plano Collor em abril de 1990. A decisão, beneficia quase 60 milhões de trabalhadores, 90% dos quais têm até R$ 1 mil para receber. A dívida do governo soma R$ 42 bilhões.

Centrais sindicais pelegas e governo fecham acordo

Veja o acordo-golpe

Trabalhadores. Os que têm até R$ 1 mil, receberão o pagamento até junho de 2002. O confisco vai garantir os 6 bilhões com os quais o governo se comprometeu a "entrar" na negociação. Os demais receberão em até 5 anos e com um desagio" progressivo. De R$ 1 mil a R$ 2 mil, 10%; de R$ 2 mil a 5 mil, 12%; acima de R$ 5 mil, 15%.

Empresários. Pela proposta inicial do governo, os patrões contribuiriam com um adicional de 1% sobre a folha salarial durante 5 anos e mais 10% pelas demissões por 12 anos. A Fiesp chegou a se posicionar contra a proposta. Mas no fechamento desta edição, as entidades empresariais aceitaram o acordo da seguinte forma: vão aumentar a contribuição ao FGTS de 8% para 8,5% e aceitaram ainda a elevação da multa rescisória de 40% para 50%.

Governo. Vai usar o dinheiro confiscado dos trabalhadores para pagar a sua parcela no acordão e ainda não descarta a possibilidade de usar ações das estatais como Furnas (que o governo quer privatizar a curto prazo) e Petrobras.

CUT tem que unificar mobilização do dia 5

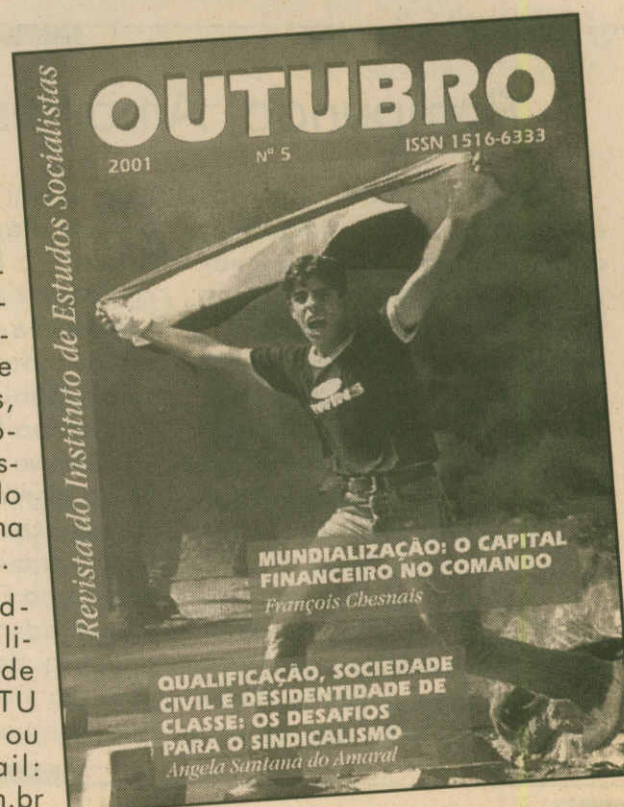
"Agora a CUT tem que jogar peso nas mobilizações do dia 5 de abril, unificando servidores públicos, trabalhadores da iniciativa privada, desempregados e estudantes pela construção de uma grande marcha em Brasília. A exigência da instalação imediata da CPI para apurar todo o mar de lama no governo, o pagamento do FGTS e a defesa dos serviços públicos e da educação podem fortalecer o ***Fora FHC e o FMI*** *e colocá-lo novamente na ordem do dia."* Essa é a avaliação de José Maria sobre o que deve ser o centro da Plenária Nacional do Fórum Nacional de Lutas, que acontece nesta sexta-feira em São Paulo.

Segundo o dirigente cutista é preciso canalizar essa reunião para mover o que já tem de mobilização pelo país. Além de colocar a solidariedade dos trabalhadores brasileiros aos trabalhadores argentinos, que realizaram no último dia 21 um dia de greve geral em seu país e preparam uma nova onda de greves e manifestações. Para José Maria, a Argentina é um espelho do que o Brasil pode se transformar nos próximos anos se os trabalhadores e suas organizações não se mobilizarem pela ruptura do governo com o FMI e a derrubada de FHC. **(L.A)**

Saiu a revista Outubro

Já está a venda o número 5 da revista marxista Outubro, uma publicação do Instituto de Estudos Socialistas. Nesta edição você poderá ler, entre outros, um artigo de François Chesnais, professor e economista francês, a respeito do papel do capital financeiro na economia mundial.

Você pode adquirir a Outubro ligando para a sede nacional do PSTU (0xx11 5575-6093 ou através do e-mail: abianchi@osite.com.br

Evento dá a largada para o 47º Congresso da UNE

28 de março é dia de luta dos estudantes

Hermano Rocha de Melo,
diretor da UNE e
do Movimento Rompendo Amarras

Nos dias 17 e 18 de março, no auditório do Colégio Estadual Caetano de Campos, em São Paulo, realizou-se o 50º Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE (Coneg). A oposição conseguiu se reorganizar e o Coneg foi polarizado do início ao fim entre o **Movimento Rompendo Amarras** e o movimento *"Agora só falta você"*, criado pela *União da Juventude Socialista (UJS)*.

A pauta do encontro ficou dividida em conjuntura nacional e universidade, no sábado; movimento estudantil, regimento, local e data do próximo Congresso da UNE no domingo.

Para o debate de conjuntura nacional, foram convidados representantes da CUT, do MST, além do PT, PC do B, PPS e **PSTU.** Apesar do convite, o representante do **PSTU**, Lindberg Farias, só conseguiu falar depois de muita pressão do Plenário. Em sua fala, Lindberg relembrou o Fora Collor, defendeu que a UNE voltasse às ruas e encabeçasse a retomada da campanha pelo Fora FHC e o FMI, exigindo CPI Já.

Foi aprovada uma resolução conclamando os estudantes para os atos da semana do 28 de março, bem como para a caravana do funcionalismo a Brasília no dia 5 de abril e para o ato internacional contra a Alca em Buenos Aires no dia 6 de abril.

Nos debates sobre universidade foi composta uma mesa com o presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Roberto Leher, além de professores da Universidade Federal Fluminense, Federal do Rio Grande do Sul e PUC/SP. A discussão foi em torno do Projeto de Emprego Público do governo e da possibilidade de uma nova greve das universidades federais.

Segundo Dirley Santos, estudante da UFF e da Executiva da UNE, *"está colocada a necessidade de uma forte mobilização unificada nas universidades federais contra o Projeto de Emprego Público do governo, que destrói a carreira de professores e funcionários e leva à privatização do ensino público"*.

Em relação às universidades pagas, foram apresentadas uma série de propostas, além da luta pela redução das mensalidades e em defesa dos estudantes inadimplentes (criação de comandos locais de mobilização nas universidades, luta pela criação de mais universidades públicas, entre outras) que foram rechaçadas, mostrando uma clara adaptação da direção majoritária da UNE ao projeto do governo de incentivo ao crescimento do ensino pago.

O debate sobre movimento estudantil foi dedicado ao balanço da gestão da UNE e ao calendário de lutas do primeiro semestre de 2001. Em relação ao balanço, foi destacada ausência da entidade durante as principais lutas do movimento estudantil, como a greve das universidades federais de 1998, quando a UJS foi contra a greve, na greve das universidades estaduais paulistas em 2000, nas lutas dos estudantes das universidades pagas.

O 47º Congresso da UNE foi marcado para Goiânia e será realizado entre os dias 13 e 17 de junho próximo.

Sérgio Koei

Estudantes voltam às ruas em 28 de março

É hora de convocar os atos

O dia 28 de março já é um dia tradicional de mobilização dos estudantes brasileiros, em memória do estudante Edson Luís, morto no restaurante calabouço durante a ditadura militar.

Este ano, o dia 28 irá inaugurar uma série de grandes mobilizações nacionais e pode cumprir um importante papel na defesa do ensino público contra a privatização e na luta contra o governo FHC, unificando estudantes universitários, secundaristas, professores e funcionários das universidades em grandes atos nas principais capitais do país.

O maior ato deve acontecer no Rio de Janeiro. Segundo Márcio Musse, estudante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e diretor da UNE, "O ato do Rio vai ser um dos maiores dos últimos anos. Haverá paralisações nas principais universidades e é importante que façamos o possível para que os atos sejam unificados com o funcionalismo público federal".

Por isso, é fundamental que todas as entidades estudantis combativas estejam na linha de frente da convocação e organização destes atos. É preciso que organizemos comandos de mobilização nos estados, que unifiquem todos os setores dispostos a participar dos atos e realizemos passeatas, ocupações de reitorias, aulas na rua, enfim, qualquer tipo de mobilização que marque o dia 28 como o início de uma grande jornada de lutas em 2001.

UJS tentou dar golpe anti-democrático

A UJS tentou mais uma vez dar um golpe no regimento do Congresso da UNE. Propuseram que durante o próximo Congresso fose formada uma comissão (eles com a maioria, claro), que decidisse se as votações polêmicas do congresso seriam contadas ou não.

Atualmente, basta que um membro da mesa do congresso exija contagem para que ela seja feita. Fazer isso em uma comissão seria decidir o congresso de antemão, pois nada que contrariasse a atual direção iria a votação. Felizmente essa proposta foi retirada do regimento, depois da oposição ameaçar se retirar do plenário.

Rompendo Amarras reúne 300 estudantes

O Movimento Rompendo Amarras fez neste Coneg uma de suas maiores plenárias em fóruns nacionais da UNE. Mais de 300 estudantes discutiram a importância do bloco de oposição para impulsionar as lutas nas universidades e oferecer uma alternativa aos estudantes que querem uma UNE democrática e de luta.

Em meio à crise política atual, o bloco discutiu também saídas estratégicas para o país, como a necessidade de um programa de ruptura com o FMI e o Banco Mundial, o Não Pagamento da Dívida Externa, a Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, a reestatização das empresas privatizadas e a defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores.

Houve uma polêmica política na plenária a respeito do arco de alianças para as eleições de 2002. Enquanto os militantes do PSTU e da *Corrente Socialista dos Trabalhadores* defendiam a candidatura de Lula a presidente, com um vice do MST, sem partidos burgueses, as demais correntes da esquerda do PT achavam que o melhor seria uma frente mais ampla, incluindo setores do PDT e do PSB.

A plenária serviu para agitar os estudantes, que entraram em plenário cantando *"Rompendo Amarras, Oposição, está surgindo uma nova direção"*. Ficou marcada também uma reunião da coordenação nacional do bloco para definir os próximos passos na preparação do Congresso da UNE e na organização do Rompendo Amarras.

Crise vem a partir da maior potência capitalista do planeta

Um dia de urso

José Martins,
economista e membro do Núcleo 13 de Maio de Educação Popular

Poderia ter sido em 12 de março de 1929. Mas foi em 12 de março de 2001, um dia em que o mercado financeiro mundial foi abalado pelas turbulências mais profundas do ano. Tudo muito didático, na única forma capaz de enfiar na cabeça dos capitalistas que o novo período de crise econômica global não está para brincadeira. Os espetaculares acontecimentos mereceram um noticiário carregado de realismo. Veja, por exemplo, um resumo do relato da *Bloomberg News*, que ilustra bem o atual estado de ânimo do mercado frente a tempestade que se avizinha:

"`Estamos sentindo pânico no ar´, disse Uri Landsman que administra o Fleck Time Fund. `Há um sentimento de que a recessão americana poderá afetar o mundo e o mercado sente o impacto´, acrescentou.. Com a queda de ontem, a Nasdaq passou a acumular 62% de baixa em relação ao pico de 5.048 pontos registrado em 10 de março de 2000, o maior declínio da bolsa eletrônica americana em seus 30 anos de história. O Dow Jones Industrial caiu 4,1%, ou 436,37 pontos, a maior perda em pontos desde 14 de abril de 2000. O terceiro principal índice do mercado de ações americano, o Standard & Poors 500, recuou 4,3%, para fechar em 1180,16 pontos.

Os papéis da Cisco Systems, com queda de 8,8%, foram os mais negociados na Nasdaq. Os analistas da Merrill Lynch declararam estar particularmente preocupados com as tendências de negócios na Europa, antes considerada um grande ponto de apoio da Cisco no mundo.

O fabricante sueco de equipamentos de comunicações, Ericson AB assustou ontem os investidores em todo o mundo ao anunciar, em Estocolmo, a primeira perda trimestral em nove anos. Em seis meses, as ações da Ericson já acumulam perdas de 65%"

Pela primeira vez, desde que apareceram os primeiros sinais de crise nos Estados Unidos, todos os índices das bolsas de valores de Nova York desabaram no mesmo dia. Pesadamente. *Dow Jones* e S&P 500, da "velha economia" — que ainda serviam de refúgio para os que abandonavam o mais que avariado barco da Nasdaq – agora também começam a ficar à deriva.

O motivo? As fortes quedas de lucros na economia que, em um primeiro momento, se concentraram mais nas empresas pontocom, de meios de comunicações e telecomunicações, agora já estão corroendo também sólidas empresas industriais. Não foi por acaso que as ações da gigante General Electric, por exemplo, foram as que mais caíram (quase 10,0%) na segunda-feira passada, dia em que manadas de ursos ocuparam Wall Street.

Segunda observação: também pela primeira vez, eles estão deixando de lado aquela conversa para boi dormir de que a empolada e decadente dama européia escaparia ilesa deste corrosivo processo, coisa que ninguém parecia duvidar até poucos dias atrás. Agora começam a sentir no bolso (e nas bolsas) que a totalidade capitalista, quer dizer, o mercado mundial, é muito mais do que suas ingênuas idéias de uma rede de balanças comerciais e de ativos financeiros, presentes em seus toscos manuais de comércio internacional.

Bolsas caíram devido a queda nos lucros das grandes empresas

Quanto ao Japão, a coisa está ficando "prá lá de russa". A deflação se aprofunda: juros, preços, investimentos e produção se afogam na armadilha da liquidez. Com taxa zero de juros, as grandes empresas que ainda não apodreceram não querem saber de novos empréstimos dos bancos, enquanto as que já apodreceram estão proibidas até de passar perto dos bancos. Armadilha da liquidez é isso: quem pode tomar empréstimo não quer, e quem quer não pode. A taxa zero de juros se transforma na maior taxa do mundo.

Síntese das duas breves observações acima: ao contrário do último período de crise geral (julho/1997 a dezembro/1998), desta vez o contágio não vem da Ásia, mas da maior economia do planeta; não vem da periferia, mas do coração do sistema.

AFP

12 de março: dia de pânico na Nasdaq

Não deixe para depois

O *Núcleo 13 de Maio de Educação Popular* edita o boletim *Crítica Semanal da Economia*. Esse boletim só pode se sustentar no apoio daqueles que querem que ele continue.

Portanto, faça agora a sua assinatura e receba automaticamente em seu e-mail o boletim semanal completo.

Não hesite: ligue para (011) 3862-6580 ou (011) 9132-6635 para saber o valor da contribuição e as formas de pagamento. Ou mande uma mensagem para: marts@attglobal.net

A Equipe 13 de Maio - Crítica da Economia agradece por seu apoio a este trabalho que já dura mais de 14 anos, ininterrupto e ... invariante.

Uma crise que já estava madura

Essa crise que começa a se manifestar com maior clareza nas bolsas, estava preparada, madura, já no primeiro semestre de 2000, exatamente quando a aceleração da máquina capitalista americana atingiu as suas marcas mais elevadas.

Mas não era bem assim que os capitalistas estavam apreciando, exatamente um ano atrás, aquela pletora de capital. Acontece que, no desenvolvimento do ciclo econômico, o período de expansão do capital aparece crescentemente como uma coisa absoluta, autônoma, como se não dependesse desta ou daquela limitação interna ao seu próprio processo de crescimento e de rápida acumulação.

Dependendo do entusiasmo com que se trava essa santa cruzada — que no começo de 2000 também era o mais elevado dos últimos cinqüenta anos — os capitalistas podem até se convencer de que, além do capital e suas intrincadas relações, eles estão criando finalmente uma Nova Economia.

Como orgulhosos homens práticos que não precisam pensar para agir, criadores da nova sociedade do conhecimento, amantes das novidades, etc., eles proclamam então a sua libertação de todos os inconvenientes da Velha Economia. Proclamam a sua liberdade frente a todas aquelas antigas coisas sem as quais o capital nunca pôde se frutificar e se reproduzir para alturas cada vez mais elevadas mas que, ciclicamente, com uma inexplicável regularidade, era violentamente confrontado por acontecimentos aparentemente sobrenaturais: interrupção dos lucros, colapso das bolsas, falências de grandes empresas, catástrofe econômica.

Agora, passados apenas doze meses, os capitalistas da Nova Economia já não estão tão entusiasmados. Muito pelo contrário, estão muito mais preocupados em salvar seu capital e suas empresas do mesmo destino que tiveram aquelas suas idéias sobre a Nova Economia.

No dia 12 de março de 2001, o chefe de investimentos de uma tal de *PanAgora Asset Management Inc.*, um tal de Edgar Peters, aterrorizado com a situação da economia e com o que ele estava vendo nas telas das bolsas mundiais, exclama pela Internet: *"Certamente há temor lá fora, temor e decepção. Então, muitas pessoas acreditavam na história da Nova Economia e ver todos aqueles sonhos completamente destruídos à sua frente é desmoralizador. A idéia de que tudo seria diferente com a Nova Economia está indo para a sarjeta".*

É isso, Peters, tudo isso é verdadeiramente muito desmoralizador...(J.M.)

Buenos Aires vai dizer não a Alca!

Nos dias 5 e 6 de abril estarão reunidos, em Buenos Aires, os ministros das Relações Exteriores de 34 países do continente americano para uma nova rodada de negociações em relação a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que os Estados Unidos querem ver em prática no máximo em 2005. A reunião de Buenos Aires será também preparatória à 3ª Cúpula das Américas que será realizada no final de abril no Canadá.

Mas tal como já vem ocorrendo nos últimos anos, a reunião de Buenos Aires será marcada também por manifestações e protestos de entidades de trabalhadores, estudantes, movimentos populares e sociais de toda a América Latina. A manifestação está sendo convocada pela Coordenação das Centrais Sindicais Latino-Americanas e por centenas de entidades que estiveram presentes no Fórum Social Mundial realizado em janeiro passado em Porto Alegre.

Será a primeira vez que no nosso continente irá acontecer uma manifestação internacional de caráter anti-globalização, anti-neoliberal e anti-imperialista como as que ocorreram nos Estados Unidos (Seattle, Washington) e Europa (Praga, Davos). Desta vez, será em um país dependente e cada vez mais espoliado que milhares de pessoas poderão dizer **Não** ao FMI, o neoliberalismo, à recolonização e a Alca.

As manifestações vão ocorrer em um momento em que esse país vive uma verdadeira rebelião popular contra o pacote do FMI e o seu governo entreguista. As manifestações de rua e a greve geral argentina mostram que os trabalhadores podem lutar e barrar a política de terra arrasada imposta pelos governos, organismos e grandes corporações capitalistas. É um exemplo a ser seguido por todos os povos do continente.

De outro lado, a presença de milhares de ativistas de vários países mostrará aos trabalhadores, desempregados e estudantes argentinos que eles não estão sozinhos no seu levante contra o Fundo Monetário, que essa mesma perspectiva se coloca cada vez mais na ordem do dia para os povos do continente.

AFP

Protesto de trabalhadores argentinos

O pacote que o FMI tenta impor na Argentina, as recentes retaliações que o Brasil sofreu da Organização Mundial do Comércio e do Canadá dão uma dimensão do que nos espera caso os Estados unidos e os governos submissos da região consigam impor a Alca. A Área de Livre Comércio – com livre circulação de capitais, bens de capital e mercadorias sem qualquer barreira tarifária nacional e com uma mão-de-obra barata na esmagadora maioria dos países do continente – vai transformar o nosso continente em uma área livre para a exploração, o lucro e a rapinagem dos Estados Unidos.

A crise atual na Argentina deixa claro que, para os capitalistas, não basta o pagamento da dívida externa, nem a entrega do patrimônio público, nem o empobrecimento da população a níveis insuportáveis. Com a Alca eles vão querer mais: vão querer que o continente esteja disponível para as suas multinacionais (com salários baixíssimos e sem direitos sociais e trabalhistas) e os seus produtos, não deixando espaço para que os países mais pobres possam ter qualquer possibilidade de desenvolvimento próprio. Essa é a proposta da globalização capitalista: muitos lucros, mas para poucos países e corporações multinacionais.

Por isso, é preciso dizer **Não** a Alca, ao FMI e a dívida externa. No nosso continente, o primeiro passo nessa direção será a realização de uma grande manifestação em Buenos Aires no início de abril.

Vários sindicatos e entidades estão organizando aqui no Brasil caravanas para que o movimento social tenha uma presença expressiva nas manifestações em Buenos Aires, que já estarão sendo realizadas a partir do dia 4. Uma grande manifestação está prevista para a capital argentina no dia 6.

Procure sua entidade e não deixe de participar. A ordem é destruir essa ordem!